

A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA POLÍTICA DE OTTOMAR DE SOUSA PINTO EM RORAIMA NOS ANOS DE 1991 A 1994 ATRAVÉS DOS JORNAIS

ELEN PATRÍCIA DA SILVA NOGUEIRA*

Talvez por se tratar ainda de um tema relativamente novo ou pela proposta da maioria das pesquisas serem abrangentes, analisando décadas e até mesmo séculos da história de Roraima, poucas são as obras que discutem o governo de Ottomar. E as que o fazem são voltadas mais para a sua administração do período do território (1979-1983), do que para o governo pesquisado (1991-1994), que é tratado nos trabalhos de maneira superficial e incompleta. Por isso a principal fonte desta pesquisa são os jornais de época – dos anos de 1991 a 1994 que estão em sua maioria na Biblioteca Central de Boa Vista.

Ao fazer uma leitura crítica dessas poucas obras – sendo elas: duas teses de doutorado, uma dissertação de mestrado e um artigo – pode-se compreender como os discursos e ações de Ottomar Pinto, junto com a recepção da imprensa, conseguiram traçar uma representação que as obras históricas reproduzem, legitimando sua imagem simbólica, e até mesmo de importância cultural, para o Estado. Isso é possível ao pensarmos essas fontes, discursos e jornais, conforme o pensamento de Le Goff, em que ele afirma que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (1990, p. 548).

Desta forma, pode-se concluir a impossibilidade de qualquer documento ser neutro, pois o grupo ou indivíduo que o produziu pertencia a uma classe, logo há um interesse, uma subjetividade mesmo que de forma inconsciente por parte de quem o escreveu. Destarte, a leitura e interpretação desse documento também sofre influência e manipulação por parte do historiador, assumindo ou não o seu papel subjetivo na análise e escrita da história. Tendo isso em mente, passemos para a análise histórica de nossa personagem.

Aos 47 anos de idade, o ex-comandante da COMARA – Comissão de Aeroportos da Amazônia em Belém-PA – entrou na história de Roraima, acompanhado de sua mulher, Maria

* Mestranda do curso de História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), graduada em história pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Marluce Moreira Pinto, que também faz parte do grupo político da região. O pernambucano, Brigadeiro da aeronáutica, Ottomar de Sousa Pinto foi um dos governadores biônicos nomeados do Território Federal de Roraima no período do regime militar (1964-1985) a ocupar o Palácio 31 de Março¹, sede do Governo em Boa Vista. Ele governou de forma peculiar em relação aos que o antecederam por sempre tentar conciliar os grupos em conflitos políticos, em principal destaque as elites locais (SANTOS, 2004). O que Lobo Jr. também retrata quando fala que,

Ottomar instalou uma política diferente de todos os seus antecessores, ficou conhecido como o “governador da paz”, pois soube como ninguém arregimentar para o seu lado as lideranças locais. De forma estratégica formou sua secretaria com representantes das duas correntes políticas locais, deixada por Pereira. [O seu antecessor] (2008, p. 32).

O primeiro cargo político de Ottomar ocorreu em Roraima. Pelo menos não há nenhum registro de que isso já tivesse ocorrido anteriormente. Na edição do dia 15 de abril de 1979 do Jornal Boa Vista está escrito um relatório das funções já exercidas pelo Brigadeiro junto de sua formação acadêmica:

O Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto pertence atualmente ao quadro de oficiais engenheiros da Força Aérea Brasileira e tem 47 anos de idade. Além de todos os cursos da FAB, formou-se em engenharia civil, com mestrado na Universidade de Berkeley, na Califórnia, Estados Unidos. Completou sua formação concluindo os cursos de engenharia rodoviária, elétrica e economia. Formou-se ainda em medicina, direito e economia. Na sua vida profissional foi responsável entre outros trabalhos, pela construção e melhoramentos de mais de vinte pistas de pousos nas regiões Norte e Nordeste do país, inclusive em Roraima.

Em nenhuma das edições do jornal daquele ano consta ou faz menção quanto às intenções do mesmo em se tornar um político, apesar do cargo. Contudo, o personagem analisado parece ter pulado várias etapas, visto que começou já de cima. Parece até que já tinha tempos na política partidária. Pois, não é simplesmente dizer que quer ocupar um cargo no governo e já entrar de “pé direito”, pelo contrário, há um processo antes e durante as eleições. Por exemplo, no tempo que as antecedem, são os partidos que escolhem dentre os filiados os candidatos, e essas seleções dependem muito do relacionamento dos candidatos

¹Sua construção iniciou nos governos de José Maria Barbosa e Dilermando Cunha da Rocha, e terminou no governo de Hélio Campos, que o batizou como Palácio 31 de Março em homenagem ao Golpe Militar brasileiro que se deu em 31 de março de 1964. Posteriormente, o nome foi substituído para Palácio da Fronteira, e por fim, para Palácio Senador Hélio Campos.

com os membros da direção do partido. O êxito da eleição do candidato na maioria das vezes, dependerá do apoio dessa cúpula e do seu patrimônio e/ou investimento.

Geralmente os candidatos políticos eleitos já possuem algum histórico de passagem por cargo político ou público, parentesco com outros parlamentares, ou o mais comum: pertencem a uma família tradicional local. A ausência de qualquer um desses requisitos, praticamente exclui a probabilidade de um novato ser bem sucedido politicamente, porque em suma, a atividade política é como um negócio, passado de geração a geração; como se pode perceber ao analisar a história dos políticos eleitos no nosso país e até mesmo em outras regiões do mundo.

Ottomar antagonicamente não possuía nenhum histórico de passagem por cargo político, não tinha parentesco algum com os parlamentares e nem pertencia a família tradicionais do local, pelo contrário, veio de outra região brasileira. Então como foi que ele conseguiu se manter no poder mesmo após o retorno da democracia, com eleições diretas? A resposta é que ele aproveitou o momento político da ditadura militar, com seu objetivo de “preencher os espaços vazios” para proteger as fronteiras brasileiras. Neste período houve um investimento por parte do governo federal ao regional, muitas verbas foram enviadas para trazer pessoas de outras regiões e para modernização. E como o então governante estava na frente da administração do território e após do Estado, quando ainda havia incentivo para migrações, a “glória” ficou para ele, que construiu sua base eleitoral principalmente nesses migrantes, de camadas populares. Além do mais desde o princípio ele optou pelo assistencialismo, concedendo cestas básicas, presentes, empregos, terrenos, e etc. aos necessitados.

Neste mirante, podemos afirmar que o sucesso de Ottomar em Roraima foi um caso especial pois, não surgiu do processo tradicional da política examinada em outras regiões do Brasil. (reafirmar novamente sobre os outros políticos que adentraram na política desta mesma forma, que também foram um caso especial). Especificamente no caso do referenciado, o que houve foi uma combinação de três fatores: primeiro, uma sociedade política local fraca, sem liderança; segundo, a Ditadura Militar brasileira que o inseriu no Governo local; e por último, e não menos essencial, o seu carisma pessoal. Esses três pontos

lembram bastante a análise formal do populismo feito pela revista nacionalista “*Cadernos do Nosso Tempo*”² (1954), onde primeiro há uma massificação provocada pela proletarização (não consciente) de amplas camadas da sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne em “massa”; segundo, há uma perda da 'representatividade' da 'classe dirigente', e por último ocorre a presença de um líder dotado de carisma pelas massas.

Nos anos em destaque houve um grande contingente migratório em Roraima, isto é, a massificação do Estado foi provocada principalmente por este fator e não pelo proletariado das indústrias analisada pela revista “*Cadernos do Nosso Tempo*”. E como eles vieram de vários municípios do nordeste e outras regiões, podemos também afirmar que eles foram desvinculados de seus quadros sociais de origem (em vários casos) e, por tal, foram reunidos em “massa”. Em suma, acredito que pode-se fazer uma analogia coerente entre o possível populismo dessa região com as demais.

Retornando para as duas últimas características destacadas pela revista em foco, temos: a perda da 'representatividade' da 'classe dirigente', que também pode ser observado em Roraima no período da primeira eleição para governador do constituído Estado, isto devido as intervenções do governo federal na Região desde épocas remotas até por fim o período da Ditadura Militar que auxiliou em grande medida o surgimento do líder político Ottomar Pinto. E por último a presença de um líder dotado de carisma pelas massas, o que também enquadra muito bem ao personagem analisado, isto será evidenciado em pormenores no segundo capítulo.

Destarte, a qualificação de Ottomar, no primeiro ano de seu governo, não foi fruto do prévio exercício da política, pois, sua entrada no mundo político de Roraima ocorreu de cima para baixo, isto é, fora um ato institucional de um regime ditatorial. O mérito não consistiu em entrar, mas sim de construir alianças que viabilizaram a sua permanência.

² Segundo Ângela de Castro Gomes (2001) os *Cadernos de nosso tempo* começou a ser publicados pelo Grupo de Itatiaia em 1953, por ocasião da fundação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) pelo mesmo grupo. Participaram da revista intelectuais como Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe.

Sua forma de governar, conforme Lobo Jr. (2008), surpreendeu até mesmo seus aliados por sua característica populista/assistencialista que o fez um governador adorado pelo povo. E cuja popularidade crescia com o enorme fluxo migratório estabelecido em seu governo reforçando o seu contingente eleitoral.

Analogamente, Elói Senhoras (2010) afirma que Ottomar destacou-se na política por seu estilo paternalista desenvolvido na máquina administrativa local, que perdurou por mais de três décadas. Um exemplo disso foi o legado deixado por ocorrência da redemocratização e o início da década de 1990: as alianças políticas que são desenvolvidas ao redor da imagem política de Ottomar Pinto, desde sua eleição para governador do recém-criado estado de Roraima, nos anos de 1991 a 1994, até as eleições de 2010. “As diferentes chapas políticas buscam se promover e tirar proveito em alguma medida como herdeiros deste passado político recente” (SENHORAS, 2010, p. 12).

Segundo a Folha de São Paulo (11 dez. 2007), que sumarizou sua biografia após seu falecimento:

Brigadeiro da Aeronáutica, Ottomar de Sousa Pinto nasceu em 19 de janeiro de 1931, em Petrolina (PE). Iniciou a carreira militar na Escola de Aeronáutica de Campos dos Afonsos (1948), no Rio de Janeiro [...] saindo coronel aos 42 anos. Durante a carreira militar, realizou cursos de nível superior: Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Medicina, Direito, Ciências Contábeis e Economia. [...] Em 1979, foi nomeado governador do então Território Federal de Roraima, no início do governo do presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, permanecendo no cargo até abril de 1983. [...] Foi deputado federal constituinte (1986-1990), com sua mulher, Marluce Pinto. Em 1990, candidatou-se a governador de Roraima – foi o primeiro governador eleito do Estado (1991-1994). [...] Em 1996, foi eleito prefeito de Boa Vista. O segundo mandato do governador Ottomar Pinto teve início em 10 de novembro de 2004, quando ganhou no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em Brasília, o direito de assumir o governo em substituição a Francisco Flamarion Portela, cassado por crime eleitoral durante a campanha de 2002. Em 2006, ele foi reeleito com cerca de 62% dos votos.

Após a síntese do histórico de Ottomar, podemos afirmar que sua eleição para governador do constituído Estado de Roraima em 1990 se deu graças a sua base política construída no seu primeiro governo no Território (1979-1983) e por ter continuado na cena política da região roraimense, buscando emergir no poder local, o que foi concretizado. Ele, junto com seu vice Airton Dias (1991-1994), aprimoraram a sua política assistencialista

desenvolvida no seu governo anterior mesmo com as mudanças na estrutura política impostas pela Constituição de 1988.

Como esses acontecimentos são ainda recentes, parte da população e algumas figuras políticas atuais conviveram com Ottomar e, por isso, resquícios desta história ainda estão presentes em homenagens, não faltando elogios ao seu governo e polêmicas sobre a sua forma de governar. No Estado há quadra esportiva, hospital (no município de Rorainópolis), quartel geral da polícia militar, monumentos, e outras obras com o seu nome, além de bairro e ginásio conhecidos mais por seus apelidos do que pelos nomes atuais. Como por exemplo o bairro São Bento que é conhecido mais por brigadeiro (um dos nomes que o chamavam), e a ginásio poliesportivo Vicente Ítalo Feola, onde o governante costumava usar para entregar presentes em datas comemorativas, que é conhecido mais por “Totozão”, outro apelido dado a Ottomar por pessoas próximas.

Para compreender melhor o governo roraimense é necessário analisar o contexto político nacional responsável pela transformação do Território de Roraima em Estado da União, período subsequente a eleição que tornou Ottomar o primeiro governante do constituído Estado.

Vamos retornar ao ano de 1979, momento em que o Presidente da República, General Ernesto Geisel, estava empenhado em fazer a transição política da “Ditadura” para a democracia, e por isso, concentrava seus esforços em criar as condições política necessárias para que seu sucessor, no caso o General Figueiredo, procedesse a volta do país ao regime democrático.

No âmbito nacional se vivia em clima de abertura política. Já em Roraima, o que se via era uma realidade política de subordinação administrativa à União, onde interesses locais conflitavam com o Governo Central. Sendo que a questão maior entre os pares era relativo ao setor agrário. No caso local, o problema se acentuava mais ainda devido os diferentes grupos indígenas e a Igreja Católica.

Com a visível proximidade da abertura política e conseqüente fim da ditadura, os grupos locais estavam eufóricos com a possibilidade da tomada de poder político do Estado.

Esses grupos eram constituídos por famílias tradicionais, fazendeiros, garimpeiros e políticos. Eram representantes de uma elite que veio sendo construída no território desde o início da colonização das terras do Rio Branco pelos Portugueses no século XVIII. Neste contexto o governador nomeado da época, Ottomar:

(...) tratou de pacificar os ânimos entre os grupos dominantes locais, divididos entre os que apoiavam Ramos Pereira, a minoria, e as outras lideranças, como os membros da família Brasil. Formou um secretariado tendo por base as forças locais, como Getúlio Cruz, Mozarildo Cavalcanti e Francisco Chagas Duarte, todos roraimenses ex-estudantes em Belém – PA, patrocinados pelos governos anteriores. Os três se notabilizariam, após projeção como Administradores, como líderes políticos (SANTOS, 2004, p. 142).

Após duas décadas de Regime Militar (1964-1985) finalmente ocorreu a abertura política com novas eleições democráticas. E três anos depois foi aprovada a Constituição Federal de 1988 que reorientou o poder nacional em suas diferentes esferas. A Carta Magna que compreende 9 títulos e 33 capítulos passou a condicionar e orientar a aplicabilidade de todas as suas normas, assim como as atividades legislativas, executivas e judiciárias enunciadas em um total de 250 artigos (OLIVEIRA, 2003). Dentre estes artigos está o responsável por transformar o Território Federal de Roraima em Estado da União (artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

De acordo com Santos (2004, p. 69) “a Constituição de 1988 teve um papel estruturante no novo mapa do poder regional e local, pois entre outras medidas, garantiu o repasse de recursos aos estados e municípios (...)”. A nova Carta era a principal orientadora para a atuação dos governantes, tanto de Roraima quanto do Brasil. Os estados passaram a ter autonomia, assim como os municípios que agora seriam fiscalizados pelo Poder Legislativo Municipal. Os planos políticos do governador eleito, a partir de agora deveriam passar pela Assembleia Legislativa para serem ou não aprovados. Dentro deste novo contexto, é que se insere o personagem central do governo pesquisado.

A história e principalmente a memória de Ottomar Pinto no Estado de Roraima se dão pela perpetuação das representações produzidas por ele a partir dos seus discursos recepcionados na imprensa, do líder popular, do homem do povo que lutava pela causa dos pobres e pela conciliação dos grupos políticos do Estado, que ia pessoalmente cumprimentar

cada pessoa e entregar presentes e benesses a população. Esse modo de agir de tratar individualmente cada pessoa nos traz a memória outra característica utilizada por Weffort em que ele afirma que “(...) no populismo as relações entre as classes sociais se manifestam de preferência como relação entre indivíduos” (1980, p. 74).

1.1. Brigadeiro Ottomar no contexto histórico nacional e internacional

As notícias referentes a Ottomar em âmbito nacional e internacional nos anos de sua administração no primeiro governo do Estado (1991-1994) são pouquíssimas. De forma geral, na internet a notícia mais divulgada sobre o mesmo é alusiva a sua morte em 2007, onde também se encontra resumos de sua biografia. Nos jornais de época os artigos de destaque sobre ele, a nível nacional, tem a ver com a retirada dos garimpeiros da área do grupo indígena Yanomami. Nestas o governante bateu de frente com as ordens do governo federal, ficando ao lado dos garimpeiros, e ao mesmo tempo manipulando as notícias no jornal local ao buscar demonstrar que estava do lado dos dois grupos, todavia, sua ideia central, expostas em algumas de suas falas, girava em torno do bem maior que era o crescimento econômico e modernização do Estado. E segundo o site que relata os dados da *Comissão Pró-Yanomami* esse episódio traz também referências a nível internacional.

Para a análise destes dados nos basearemos na linha dos Estudos Culturais de Itania Maria Mota Gomes (2004), ao supor que “os estudos da recepção, [...] caracterizam-se por procurar entender o lugar do receptor no processo comunicativo a partir da perspectiva da sua atividade e, portanto, negando as concepções que o entendem passivo” (GOMES, 2004, p 16), o que nos propõe a compreensão de que o receptor tem sua parcela de contribuição na forma como a mensagem é recebida e interpretada.

Receptor hoje é um conceito geral que designa qualquer indivíduo humano na situação específica em que participa de um processo de comunicação. Enquanto indivíduo, ele participa do processo de comunicação não só com o seu cérebro e ouvido, mas com todos os seus sentidos, características de personalidade, seu inconsciente, suas experiências anteriores, sua cultura. (GOMES, 2004, p. 17)

O transmissor da mensagem, no caso deste estudo, é o governador Ottomar Pinto e os receptores são os jornais. Se faz necessário explicitar que mesmo que no conceito de receptor Mota Gomes utiliza claramente a palavra “indivíduo”, não é incoerente utilizá-lo para

caracterizar os jornais como receptores, visto que uma empresa jornalística é dirigida por indivíduos, e é direcionada ao público (pessoas). As condições pessoais consideradas pela autora, que vão intervir e fazer com que o receptor não seja apático na hora de receber a mensagem como as características de personalidade, seu inconsciente, suas experiências anteriores, sua cultura, também podem ser evidenciadas em um jornal, ao considerar a sua história e a das pessoas envolvidas por trás da dinâmica da empresa, e sua relação com a sociedade local (FARONI, 2014).

A fonte receptora tratada aqui não são historicamente passivas, isto é, não recebem as notícias ou discursos com impassibilidade. O transmissor, por sua vez, sempre ao enunciar uma mensagem produz o sentido que ele deseja passar. Por essa razão, se faz necessário a apreciação de como essas mensagens articuladas em discursos pelo governador são recebidas e interpretadas pelos jornais, que possuem muitas vezes algo a ganhar ou perder na forma escolhida de lidar com a notícia, devido a conhecida politicagem brasileira. Pois, como já alegaram muito bem Maria Helena R. Capelato (1994) e Nelson Werneck Sodré (1999), os jornais não são neutros e também não são apenas informadores de notícias verídicas em sua totalidade, são também produtores de notícias. Tendo por base essas ideias passemos para a análise dos dados de interesse ao tópico.

Segundo dados da *Comissão Pró-Yanomami* (1991), após ter sido eleito, em 28 de novembro de 1990, o novo governador Ottomar de Souza Pinto, criticou o governo federal e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) por pretenderem demarcar 94 mil km² de área contínua para os Yanomami. Para ele essa era uma área demasiada grande para ceder ao referente grupo, e por ser rica em minérios, e fértil para muitos agricultores que moravam na região e comercializavam no estado, a demarcação causaria um grande déficit para a economia de Roraima, que já não era tão boa.

O juiz da 7^a vara da Justiça Federal já havia reafirmado a decisão liminar determinando a retirada dos garimpeiros e anulado decretos ilegais que instituíram garimpos nessa área. O Tribunal Regional Federal cancelou liminares concedidas pelos juízes de Roraima em favor dos mesmos. Neste contexto o Ministério Público Federal instou ao

Ministério da Justiça a invalidação dos decretos ilegais, estando essa solicitação nas mãos da Consultoria Geral da República, órgão de assessoramento direto do Presidente da República.

Os governantes, empresários, alguns militares de alta patente, e políticos locais – do Amazonas e Roraima principalmente – vinham acusando o governo federal de querer com essa ação “de faixada”, de demarcação de grande área de terras aos indígenas do grupo Yanomami, internacionalizar a Amazônia. Essa situação de desacordo entre poder estadual e federal estava, conforme a fonte destacada, causando ao país problemas diplomáticos, principalmente em relação aos países que fazem fronteira com Roraima. Pois, insatisfeitos com a ocupação da área indígena, os garimpeiros estavam invadindo os territórios da Venezuela e da Guiana.

A mesma fonte mostra que mesmo com a decisão da retirada dos garimpeiros ter partido do poder maior, isto é do Governo Federal, em março de 1991 o governador Ottomar entrou em confronto com um pequeno grupo de oito homens da Polícia Federal ao retirar e prender os garimpeiros do território então abordado. Ottomar acionou a polícia Civil e Militar para impedir o fechamento de duas pistas de pouso, além de pagar a fiança, com seu próprio dinheiro, dos 16 garimpeiros detidos pela Polícia Federal na penitenciária de Boa Vista. E pra finalizar orientou a penitenciária a não mais receber garimpeiros detidos pela Polícia Federal.

O governador e brigadeiro Ottomar Pinto defendeu a classe dos garimpeiros em detrimento dos comandos vindos do governo federal, e do grupo indígena yanomami com sua causa exposta até mesmo no âmbito internacional. Por isso, o então delegado da Polícia Federal Romeu Tuma afirmou que iria resolver o problema através do Ministério da Justiça entrando com uma ação contra o governante. O Ministério Público Federal por sua vez pediu ao Tribunal Regional Federal a intervenção do Governo federal no Estado de Roraima em 1991. A justificativa foi de que a atitude do governador foi contrária à decisão da Justiça Federal que, através de medida interlocutória, determinou à Polícia Federal que procedesse com a retirada dos garimpeiros da área Yanomami.

Conforme dados da *Comissão Pró-Yanomami* (1991) a notícia desse problema se tornou internacional. O secretário nacional do meio ambiente, José Lutzenberger, afirmou em

entrevista exclusiva ao jornal Folha de S. Paulo, do dia 25 de março, em Genebra: ‘é um ponto de honra para mim e eu não vou descansar enquanto isso (a sobrevivência dos Yanomami) não for resolvido’. Inclusive os EUA tinha informações mais precisas e realistas sobre a situação desse grupo indígena do que as apresentadas no Brasil pela Funai, publica o Jornal paulistano a “Folha de S. Paulo”, após a viagem do presidente do país da época, Fernando Collor, ao Estados Unidos.

De acordo com o mesmo site, em abril, o indígena Davi Kopenawa Yanomami viajou a Washington onde foi recebido pelo secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar. Lá ele relatou ao secretário a situação precária e de risco de seu povo, que estava morrendo e adoecendo devido às doenças levadas pelos garimpeiros a região. Cuéllar disse que a ONU estudaria o caso, junto ao governo brasileiro, uma forma de solucionar o problema. Após essa reunião Davi criticou em entrevista coletiva a demora do presidente Collor em fazer a demarcação da reserva dos Yanomami. Conforme o mesmo, se os garimpeiros não fossem retirados daquela área, todos os índios morreriam dentro de dez anos.

Meses depois desse ocorrido, no dia 10 de julho, o chefe do executivo de Roraima pareceu mudar sua posição, devido as pressões do poder maior, quando declarou à *Folha de S. Paulo*, que a lei que proíbe mineração em terra indígena seria cumprida. Pois de acordo com ele, o futuro de seu Estado era a agricultura, a pecuária e a mineração legal, com empresas grandes, médias e pequenas. A entrevista foi concedida com o acompanhamento do presidente do grupo Parapanema, Otávio Lacombe, e de Elton Roenelt, assessor do governo de Roraima para assuntos de mineração.

Após muitos entraves e discussões antagônicas em torno da questão da demarcação das terras indígenas dos Yanomami, o presidente Fernando Collor determinou ao ministro da época Jarbas Passarinho, em 22 de julho, a realização e coordenação de encontros com os governadores da Amazônia para formular um discurso único e coerente sobre o meio ambiente, a fim de acabar com as críticas feitas no exterior ao seu governo sobre essa questão.

Segundo o jornal local Diário de Roraima, no dia 27 de agosto de 1991 (p. 5) Ottomar esteve reunido em Brasília com os demais governadores do Brasil e presidente para tratar da

demarcação das terras indígenas em Roraima, e na ocasião que lhes fora dada oportunidade de expor sua opinião ele voltou as suas ideias anteriores ao defender o homem do campo com a justificativa de que não havia razão de entregar vastas áreas aos índios, principalmente quando considerado “o grande número de aculturados existentes”, disse ele. Segundo o chefe do executivo de Roraima fazia-se necessário um aprofundamento nos estudos da cessão das áreas indígenas, para que, nas palavras do mesmo “não se cometa injustiça contra o homem do campo, o trabalhador que vive da labuta diária do solo”. Para ele isto seria bastante relevante ao crescimento da economia do Estado que estava cambaleando com dívidas ainda da época do território, visto que o ponto forte de Roraima era a agricultura. E nessa área havia tanto garimpeiros como agricultores.

Para não parecer que o governador estava apenas do lado dos agricultores e garimpeiros nessa luta, é denotado nos jornais locais a seu favor, principalmente do jornal Diário de Roraima que pertencia ao governo e era responsável por seu marketing político, sua preocupação e simpatia com as diferentes comunidades indígenas do estado. Várias ações em prol destas são destacadas nos jornais, onde Ottomar vai pessoalmente ver a situação e conversar com os representantes indígenas.

O primeiro dado encontrado no *Jornal de Roraima* de 1991 que referencia as ações de Ottomar aos grupos indígenas ocorreu no dia 15 de janeiro (p. 08) quando de sua primeira viagem, como governador eleito, ao interior do Estado, respectivamente à comunidade de Serra Grande em Bonfim, onde conforme o jornal mencionado estava sem assistência pelos governos que o sucederam. Sendo assim, o atual governador anunciou a construção da ponte sobre o Rio Quitauaú e de uma nova escola. A próxima notícia encontrada foi no *Jornal Diário de Roraima* no ano de 1992 (27 mar., p. 10) quando o Governo inaugurou um posto telefônico da Telaima na maloca da Raposa.

No mês seguinte Ottomar tomou o café-da-manhã com 8 chefes indígenas de malocas localizadas na Região Norte do Estado para ouvir suas reivindicações e traçar com eles novas ações de ajuda as comunidades, destacou o *jornal Diário de Roraima* (23 abr. 1992, p. 1). No mesmo dia (p. 8), acompanhado de oito tuxauas de várias tribos e a imprensa, viu as primeiras 16 mil mudas de mangueiras adquiridas em Limeira, interior de São Paulo, que somadas as 4

mil que estavam chegando e mais 14 mil de limão e citros, que seriam distribuídos aos agricultores. Ainda em abril, foi destacado no mesmo jornal (1992, p. 1), que o governador esteve na maloca Serra do Sol para fazer a entrega de fardamento e material escolar aos estudantes índios da escola mantida pela comunidade.

Em 27 de maio de 1992 (p. 8) o *jornal Diário de Roraima*, divulga que o Governo, através da Secretária do Estado e Meio Ambiente, Interior e Justiça, e o Departamento de Assistência Indígena (DAI), distribuiu 27 toneladas de sementes e alguns equipamentos agrícolas em 60 malocas indígenas. Foram 27 arados e 27,5 toneladas de sementes entregues aos Macuxi, Taurepang e Wapixana localizados nos municípios de Boa Vista, Bonfim, Normandia e Alto Alegre. De acordo com o diretor da DAI daquele ano, Waldir Mateus, “com o fornecimento destes meios, o Governo do Estado procura promover a integração das comunidades ao desenvolvimento do Estado”. Passando para o ano de 1994, onde encontra-se novos dados, no dia 12 de janeiro, *jornal Diário de Roraima* (p. 7), a Senadora e Primeira Dama Marluce Pinto distribuiu, em nome do governador que estava no momento no Sul do Estado, brinquedos para mais de 6 mil crianças indígenas de seis malocas da Região Norte do Estado, além de 1500 redes para as famílias destas localidades.

Essas notícias expostas em jornais ao seu favor, até mesmo de seu domínio político, evidenciam a representação que Ottomar buscava mostrar à população de si mesmo. As mensagens escritas por seus receptores – os jornais – apresentam a imagem de um homem do povo, de um governador preocupado com as necessidades de seus governados, tanto que ele faz questão de falar pessoalmente com as pessoas, diferente de outros que apenas mandam seus auxiliares verem em seu lugar. A ideia transmitida é que ele não administra apenas “atrás da mesa”, ele põe a mão na massa mesmo, pois é um homem de ação além de palavras. Neste mirante, o conceito de representação em Chartier (2002) cabe bem aqui por fazer entender como as imagens de certos grupos ou de certas pessoas são arquitetadas e modeladas por eles próprios ou por outros grupos, a fim de se impor e estar no mundo:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p. 17)

Neste caso específico a imagem arquitetada foi individual e criada desde sua administração no território de Roraima (1979-1983) por dois motivos, acredito: primeiro por ser um momento histórico de luta para abertura da política do país que até então estava sob o poder autoritário dos militares. Como o país entrara em crise e a insatisfação popular estava em alta os militares decidiram começar um lento processo de transição a democracia, mudando alguns de seus programas para tentar amenizar a situação e “não” prejudicar a representação forjada por eles, de que foram essencial para aquele período histórico do país. E segundo porque Ottomar conseguiu nas massas populares o seu apoio político, principalmente devido as migrações. Daí se criou a representação do “homem do povo”.

Pode-se denotar nos jornais pesquisados um único exemplo de política econômica externa quando do II Encontro de Integração entre o Estado Roraima e Bolívia, em 17 de julho de 1991 no *Jornal de Roraima* (p. 3), onde foram debatidos, tanto por empresários brasileiros como venezuelanos, conforme o vice-governador Airton Dias, assuntos da mais alta relevância para o desenvolvimento do Estado, como os setores comerciais, turísticos, econômicos, entre outros.

E pra finalizar o último relato, que encontrei em jornais locais da época, que repercutiu na mídia nacional teve a ver com um suposto crime eleitoral. O *Jornal de oposição O Estado de Roraima*, do dia 15 de outubro de 1992 (p. 04), escreveu que os seguranças de Ottomar teriam agredido os jornalistas, enquanto ele distribuía pintos e rações na Associação dos Moradores do Calungá. Segundo a fonte o governador falou que sabia da proibição da Justiça Eleitoral e que mesmo assim iria distribuir os pintos porque era ‘macho’ (...). Essas ações resultou em um destaque no *Jornal Nacional*, da TV Globo. O repórter Marcos Losekann destacou “fraude” do governo do Estado, como a distribuição abusiva de donativos à população e o grande número de familiares do governador e da primeira dama na administração estadual (*Jornal O Estado de Roraima*, 21 nov. 1992, p. 03).

Cabe ressaltar, para que o leitor compreenda melhor o contexto desta ação, que o ano de 1992 era de eleições para prefeito e vereador, e uma das candidatas para prefeito em Boa Vista era Tereza Jucá, esposa naquele momento de Romero Jucá, ambos eram donos do *jornal O Estado de Roraima*, o único que fazia oposição a Ottomar, ou seja, ambos eram políticos

opositores ferrenhos do referido. – As famílias Jucá e Pinto se tornaram as mais poderosas e famosas na política de Roraima, e estão até hoje na ativa, passando de pai pra filho a tradição política no Estado –. O governador destacado, por sua vez, estava apoiando outro candidato a prefeito naquele momento.

Voltando para a suposta reação de Ottomar, descrita no Jornal O Estado de Roraima, ao dizer que sabia da proibição, mas que fazia aquilo porque era ‘macho’ (dentre outras palavras bem mais fortes que achei por bem não escrever por parecer antiético), de acordo com o entendimento de Rocha (1998) esse tipo de discurso violento se dá pela instabilidade da esfera pública devido à interpenetração dos interesses privados sobre ela, não condizente com a discussão em um espaço público e ao mesmo tempo político. Também podemos notar nessas palavras outra característica do homem cordial, que segundo Sergio Buarque de Holanda (1982, p. 170) possui “um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”, levando as emoções de caráter íntimo e privado, como a raiva e ações violentas, a sobrepor a racionalidade de um agente público.

Pode-se fazer uma analogia desta análise de uma das características essenciais do homem cordial sugerida por Holanda (1982) ao político populista, que também vem bem a calhar com a atitude de Ottomar descrita a cima. Conforme Jorge Ferreira (2001, p. 83) “(...) o populismo impôs-se pela conjugação da repressão estatal com a manipulação política, embora a chave de seu sucesso tenha sido a satisfação de algumas demandas dos assalariados”.

Analisando de forma geral os dados, podemos perceber que a distribuição feita pessoalmente por Ottomar das rações e dos pintos em pleno ano eleitoral, podem ser taxadas como manipulação política, porque mesmo que ele costumeiramente fizesse todos os anos essa mesma ação, poderia ser interpretada por quem estava recebendo esses “presentes”, que era seu dever votar no candidato à prefeito apoiado pelo governador – não dá de deixar de imaginar a possibilidade de ter sido isso mesmo o que o governante estava pretendendo transmitir através de suas ações. Para os seus opositores o que ele estava fazendo era taxado como pura manipulação mesmo, pois desta forma eles poderiam perder votos devido o chefe do executivo estar satisfazendo “algumas demandas dos assalariados”. E a repressão é evidenciada quando os seguranças de Ottomar supostamente agrediram os jornalistas que

estavam fazendo seu trabalho. Além do abuso de poder já que o referente estava passando por cima das ordens da Justiça eleitoral.

Para finalizar considero importante frisar que embora, no cenário político nacional e internacional o Brigadeiro Ottomar Pinto não tenha sido tão destacado, ou lembrado com indiferença e até mesmo desconhecido por muitos, seja pela pouca relevância do nosso Estado no conjunto político do país, seja pela distância geográfica, em Roraima, porém, é uma referência política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIOGRAFIA de Ottomar de Souza Pinto. **Folha de São Paulo online**. São Paulo, 11 dez. 2007. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u353864.shtml>>. Acesso em 28 de julho de 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 2ª ed.: 1994.

COMISSÃO PRÓ-YANOMAMI. **Boletim Yanomami Urgente** Nº 18 - 10 de Setembro de 1991. Brasília, 2004. Disponível em: <proyanomamidf@proyanomami.org.br>. Acessado em 24 de abril de 2014.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

FORONI, Paola Conceição. Jorge Teixeira, primeiro governador do Estado de Rondônia: imprensa e cordialidade (1979-1982) / Paola Conceição Feroni, Porto Velho / RO, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história** – debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-58.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

LE GOFF, Jacques, 1924 História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LOBO JR, MANOEL RIBEIRO. **Formação e reorganização dos grupos políticos do estado de Roraima:** de 1943 a 1988. Trabalho de Conclusão da especialização - UFRR: Programa de Pós-graduação em História Regional, 2008.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima.** São Paulo, 2003. 378 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Universidade do Estado de São Paulo.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, economia e poder:** O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Belém, 2004. 271 f. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará/NAEA.

SENHORAS, Elói Martins. Desafios políticos e eleições em Roraima. In. **From the Selected Works of,** January 2010. Disponível em: <<http://works.bepress.com/eloi/180>>. Acesso em 28 de julho de 2013.

SODRÉ, N. W. (1966/1999). **História da imprensa no Brasil.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.